



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 04-10-2023

Ata nº 20

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Adriano Esteves Lima	Vice - Presidente	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Maria Lina da Cunha	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 28-09-2023

Operações Orçamentais	844 268,02€
Operações de Tesouraria	652 757,02€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Isabel Ferreira Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

4

O Vice-Presidente da Câmara Municipal iniciou a reunião cumprimentando os Vereadores e informando da sua presença, acompanhado de representantes da Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, no XXVI Congresso da ANMP, realizado no Seixal.

Considera que estes Congressos são momentos importantes para reflexão sobre os temas mais relevantes do poder local – autonomia e descentralização, coesão territorial e financiamento local – e que, por isso, é importante marcar presença para perceber a perspetiva das abordagens. Considera, no entanto, e infelizmente, que são muitas as discussões e poucas as concretizações, ainda que a resolução do congresso seja devidamente encaminhada, dando, às vezes, muitos frutos, outras vezes nem tantos.

O Vice-Presidente referiu-se à suspensão temporária da carreira Penso-Melgaço, remetendo a fundamentação para o aviso publicado no dia 25 de setembro, uma avaria grave inesperada no veículo, e esclarecendo que o hiato temporal de umas semanas referido foi para acautelar expectativas, ainda que aponte a resolução do problema para o princípio da próxima semana. Afirma que a suspensão do serviço teve por base o estudo aos dados objetivos da procura e das alternativas à suspensão, que se mostraram muito dispendiosas, na medida em que este transporte obedece a regras apertadas, relativas aos prestadores do serviço e às viaturas utilizadas. Ainda assim, e considerando que a procura é expressiva à sexta-feira, a Câmara Municipal, com muito esforço, garantirá o serviço nesse dia específico, sendo que o transporte escolar está sempre garantido. Termina a sua intervenção sublinhando a sua expectativa de restabelecimento do serviço normal durante a próxima semana.

O Vereador José Passos Rodrigo tomou a palavra cumprimentando os restantes membros do órgão executivo e começou por falar do tema da suspensão da carreira Penso-Melgaço, cuja notícia considera ter tido um impacto muito forte na população. Entende que uma avaria pode acontecer, mas considera inaceitável não ter sido resolvida atempadamente por falta de alternativa imediata, pública ou privada. Pensa que, mesmo a baixa procura, exceto às sextas-feiras, não invalida o compromisso com o Município, considerando o Município obrigado a garantir o serviço, não esquecendo que os munícipes pagam a sua prestação através do cumprimento das suas obrigações fiscais. O Vereador José Passos Rodrigo acrescenta que o facto de constar na notícia que a suspensão seria por tempo indeterminado causou um mal-estar maior e termina reafirmando a necessidade de haver uma solução imediata, na medida em que deviam estar previstas alternativas para casos como estes, quer através de viaturas municipais, quer mediante viaturas concessionadas.

O Vereador José Passos Rodrigo traz a colação a reunião realizada a 28 de agosto entre a CIM-Alto Minho e a Ministra da Coesão territorial, questionando o que ficou decidido perante a contestação geral dos utentes da A28 pelo facto de não serem beneficiários das reduções anunciadas para outras regiões. Não descurando que o Governo tem as suas razões, entende que um território com baixa densidade populacional, ainda para mais, como o nosso, transfronteiriço, devia ter sido contemplado pela medida, que se reflete nas relações económicas, comerciais e turísticas.

Pergunta se houve algum feedback da Ministra e se outros problemas levantados anteriormente se resolveram.

Termina a sua intervenção o Vereador José Passos Rodrigo questionando sobre a discussão pública do Loteamento de Alvaredo Arrendamento Acessível — IHRU, na medida em que termina hoje, às 17h.

Tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes, cumprimentando os restantes membros do executivo, e mostrando a sua estranheza por não haver um plano de contingência para garantir a continuidade do serviço público prestado pela carreira de Penso-Melgaço. Entende que temos uma frota de autocarros afeta à carreira que não é utilizada plenamente, pelo que questiona se foi levantada a hipótese de outro autocarro prestar o serviço num horário diferente. Afirmou que fica tranquilo pelo Transporte Escolar ser garantido e pela carreira Penso-Melgaço continuar a funcionar às sextas-feiras, na medida em que se respeita a dinâmica local. No entanto, sublinha a sobrecarga dos motoristas para o fazer, pelo que questiona se não haveria uma forma mais ágil para resolver o problema.

No que respeita às portagens na A28, o Vereador Manuel Fernandes relembra que Passos Coelho e Paulo Portas foram muito criticados internamente quando o problema se colocou e que o PSD apresentou a este órgão uma proposta para o não pagamento das portagens, que não foi sufragada pelo PS com o fundamento na necessidade de pronúncia por parte da CIM, ainda que considere que não existe sobreposição de competências.

Questiona se há a perceção superior do transtorno e prejuízo, para os Melgacenses, causado pelo pagamento de portagens, ainda para mais porque a A28 é a autoestrada mais cara do país excecionada a A7, em Vila do Conde. No entanto, assume que antes eram mais prementes as reduções ou isenções, porquanto para os municípios do Alto Minho já não é necessária a deslocação ao IPO do Porto, pois Viana do Castelo já presta esse serviço. Lembra que os trabalhadores da Zona Industrial de Viana do Castelo são muito prejudicados, pois são logo tributados na entrada da Ponte, terminando a sua intervenção sublinhando a necessidade de resolver esta questão a nível distrital.

No âmbito da Saúde, o Vereador Manuel Fernandes assume-se preocupado com a questão dramática da falta de soluções para os conhecidos problemas. Procede à leitura de uma declaração, posteriormente enviada para esta secretaria, que transcrevo:

“Todos os dias há notícias sobre problemas nos serviços públicos de saúde em Portugal. São tão insistentes que parece irmos ficando a saber que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está à beira do colapso por não responder às necessidades de saúde mais prementes dos portugueses. A falta de resposta do SNS na generalidade das consultas (seja de cuidados saúde primários e de cuidados hospitalares) e em áreas como a obstetrícia, medicina interna ou cirurgia geral, em virtude de as urgências terem estado ou vindo a ser fechadas.

Parece ser evidente que o estado a que chegamos revela má gestão, baixo planeamento e incapacidade de organização dos serviços públicos de saúde, por parte do Governo de Portugal, para além de confirmar a principal conclusão que se retira dos dados da OCDE: o SNS está subfinanciado.

E ainda que todas estas falhas do SNS penalizam principalmente as camadas mais pobres da população, trazendo dificuldades sérias para muitas famílias portuguesas.

Devido à sua inércia e incapacidade, o atual Governo está a tornar-se no maior amigo, há alguns anos improvável, do sistema de saúde privado que, obviamente, vão alargando a sua oferta de serviços, cujo acesso depende, como se sabe, da capacidade de pagamento.

O PSD de Melgaço não pode deixar de manifestar a sua preocupação, em geral, com o estado a que chegaram os serviços de saúde em Portugal e, em particular, com o funcionamento dos Hospitais Distritais de Viana do Castelo e de Ponte de Lima que já vêm as urgências em diversas áreas, com limitações, constrangimentos e fechos, nomeadamente nas áreas da medicina interna e cirurgia geral.

Naturalmente, PSD de Melgaço formula o desejo que o Governo se mostre capaz de reverter a situação, o que até agora ainda não aconteceu, sob pena de ficarmos mais pobres e mais doentes, individual e coletivamente.”

Acrescenta o Vereador Manuel Fernandes que a cirurgia geral não vai funcionar aos fins-de-semana no Hospital de Viana do Castelo e que a medicina interna em Ponte de Lima, onde 80% dos profissionais apresentaram a sua escusa ao cumprimento de horas extraordinárias, não funciona, pelo que custos acrescidos surgirão pela necessidade da população se deslocar a Viana do Castelo para ser atendida nesta especialidade. Observa que a situação se tendo a agravar e que, necessariamente, afeta toda a população do distrito, em especial os Melgacenses que se encontram tão distantes destas áreas, sofrendo com os custos das deslocações que, algumas vezes, são em vão, pois não são atendidos e veem a sua consulta remarcada.

O Vereador Manuel Fernandes termina a sua intervenção lamentando que numa área tão importante como a saúde, se atue empurrando para a frente os problemas para, no futuro, outros resolverem.

Tomou a palavra o Vereador José Custódio cumprimentando os presentes e referindo-se ao trágico acidente, com perda de duas vidas, ocorrido na EN202 que liga Melgaço a Monção, no local conhecido como as curvas de Penso, local onde, lembra, já perderam a vida 7 ou 8 pessoas. Por isso, afirma não conhecer zona do país onde ocorram acidentes tão graves e com tantas perdas de vida, pelo que considera premente exigir a retirada das referidas curvas da estrada.

Continuou o Vereador José Custódio alertando para o perigo existente na estrada antiga Peso-Melgaço, quer pela colocação do último tapete, que ficou bastante elevado e passa por cima das guardas laterais, quer pela ocorrência de quedas de árvores.

O Vereador José Custódio termina a sua intervenção apontando a pouca intervenção na entrada da Zona Empresarial de Alvaredo face aos milhões gastos.

A Vereadora Sónia Trancoso inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e solicitando o ponto de situação do trabalho realizado pelo BUPI, na medida em que teve conhecimento que as deslocações aos terrenos já estão a ser marcadas para o ano, questionando se não serão

5
f

colaboradores insuficientes face ao termo do prazo da gratuidade dos processos – 28/12/2024 – julgando necessária a sua revisão.

Questionou a Vereadora Sónia Trancoso sobre o número ou % da comunidade estrangeira em Melgaço e, também, terminando, sobre se está acautelada qualquer solução para o transporte de pessoas no fim da Festa do Espumante, por exemplo com a colaboração de táxis.

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal começando por responder às questões colocadas pelo Vereador José Passos Rodrigo. Sobre a carreira Melgaço-Penso, assume que ninguém mais do que o executivo tem o compromisso com a população assente e assumido, pelo que a decisão de suspensão da carreira Melgaço-Penso foi muito ponderada tendo presente todos os cenários possíveis, que foram equacionados. Explica que, para a manutenção do serviço à sexta-feira, foi contratado serviço referente ao transporte escolar, de forma a que o motorista pudesse executar o serviço sem sobrecarga. Esclarece que a análise custo-benefício das soluções colocadas em cima da mesa e os dados da procura não justificaram a manutenção do serviço e que esta solução resolve as necessidades da população, sem onerar demasiado o erário público. Informa que, no início, a expectativa era que a suspensão do serviço durasse uma semana, mas que agora prevê duas semanas de suspensão, pelo que espera que para a semana a carreira seja restabelecida. Termina afirmando a inexistência de problemas nos últimos anos e lembra que existem regras apertadas no que respeita às viaturas que podem executar o transporte público.

Sobre o tema das Portagens, o Vice-Presidente da Câmara Municipal diz-se de acordo com o Vereador José Passos Rodrigo, lembrando que o tema se arrasta há vários anos, com diversas manifestações de associações dedicadas ao assunto.

À escala distrital, foi realizada uma reunião onde estiveram presentes membros do Governo e representante de vários partidos, onde foram mais consensuais sobre os indicadores que beneficiam a redução, ainda que o cenário não esteja confirmado, razão pela qual se verifica a contestação do CIM-Alto Minho e de vários Municípios. Continua o Vice-Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que o Presidente da CIM-Alto Minho e também desta Câmara Municipal fala sobre este tema com as entidades competentes, principalmente considerando a responsabilidade e benefício para todos os membros da CIM, e informando que haverá uma reunião com a Ministra da Coesão Territorial para abordar este tema, da qual espera surgir uma solução diferente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal confirmou ter havia participações na discussão pública sobre o Loteamento de Alvaredo Arrendamento Acessível — IHRU, as quais ainda não houve oportunidade de analisar porque foram entregues no final do prazo para apresentação, mas que serão analisadas pelos técnicos responsáveis e, talvez na próxima reunião da câmara municipal, colocadas à apreciação do órgão executivo. Termina lembrando que se trata de um projeto importantíssimo para o Município de Melgaço.

No que respeita à saúde, o Vice-Presidente da Câmara Municipal considera-se ambicioso na resposta e oferta dos serviços públicos e julgando errados os encerramentos passados e futuros e recordando uma discussão sobre o impacto dos encerramentos dos serviços públicos de saúde na perda de população. É certo que a distância e o envelhecimento são um problema, razão pela qual fizemos um trabalho de identificação das especialidades às quais a população recorre mais, findo o

qual tentamos promover as consultas mais procuradas, mas nunca houve abertura. Felizmente, continua a achar, e os entendidos também, que o SNS é um dos melhores serviços públicos de saúde da Europa, lembrando uma conversa que teve com um colaborador que já viveu em vários países, de onde concluiu que, em Itália, também se coloca questões de distância e qualidade.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal discorda do que foi referido pelo Vereador Manuel Fernandes, com exceção das patologias apresentadas, notando que se verificam esforços do Governo para dar resposta aos problemas, dando o exemplo da abertura de consultas de especialidade em Valença e da recuperação do atraso verificado no agendamento das consultas. Afirmou o Vice-Presidente saber não estar tudo bem e concordou com o panorama nacional, foco da intervenção do Vereador Manuel, mas considera que Melgaço está melhor, ainda que distante. Aponta como grande parte dos problemas o desequilíbrio na distribuição dos serviços públicos de saúde, que não é uma tendência, contribuindo muitos fatores para esta realidade. Na sua perspetiva, há problemas, gostava de outros serviços, mas confia no SNS. Sobre os hospitais privados, manifesta o seu desagrado na forma como veem o Governo como pai, pois não nega que existem bons serviços privados de saúde, mas afirma que as situações mais complicadas, normalmente as mais caras, são encaminhadas para o serviço público.

O Vereador Manuel Fernandes tomou a palavra não colocando em causa o valor, oportunidade e qualidade dos serviços de saúde disponibilizados em Melgaço. No entanto, afirma que, no que estamos a assistir, podemos ver as sementes do futuro, afirmando ser o Governo o melhor amigo do setor privado, pois potencia o aumento deste, o que pode conduzir ao empobrecimento do SNS. No que respeita à qualidade do serviço de saúde, o Vereador Manuel Fernandes considera ser necessário o reconhecimento de que os serviços funcionam mal, pois não é só o assegurar o acesso que está em causa, mostrando-se defensor de uma reorganização do SNS, de forma a responder às exigências democráticas. Afirmo que a saúde está subfinanciada, lembrando que em 2017 o seu orçamento era 2/3 da média da OCDE, sendo este também um dos motivos para os problemas existentes. Lembra-se, em jovem, ouvir um especialista americano afirmar que o SNS tinha os equipamentos necessários, mas que o problema era a inexistência de uma rede viária capaz de assegurar o acesso das populações a esses equipamentos. O Vereador Manuel Fernandes considera, ainda, que o Vice-Presidente faz uma abordagem diferente, com a qual até concorda, mas a sua perspetiva não é a mesma, pois julga que o acesso democrático é posto em causa e as desigualdades acentuadas com o encerramento de certos serviços, pois a população sem recursos não pode recorrer ao setor privado em caso de necessidade.

O Vereador José Passos Rodrigo tomou a palavra assumindo que pretende que o SNS seja uma referência no setor da saúde, através da organização e comunicação entre o Governo, as instituições e os trabalhadores que, até ao momento, não existe. Afirmo ser conhecido que muitos médicos e enfermeiros se vão aposentar, sem terem sido acauteladas soluções prática, pelo que conclui ser necessário a confluência de vontades do governo e dos sindicatos para resolver a questão da falta de profissionais, visto que temos os equipamentos necessários à prestação de um bom serviço de saúde, mas não temos profissionais que garantam a sua utilização.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal afirma que também temos bons profissionais, sendo reconhecida fora de fronteiras a qualidade da formação.



O Vereador José Passos Rodrigo regista que também queria chegar a esse ponto, sendo necessário, também, manter esses profissionais no serviço público. Entende que existe uma obsessão ideológica quanto à associação ao setor privado, não existindo capacidade negocial com este setor como a verificada noutros países europeus, considerando ser necessária coragem para assumir mudanças. Termina a sua intervenção o Vereador José Passos Rodrigo clamando respostas objetivas para resultados a curto prazo.

O Vereador José Custódio relembra, no que respeita à capacidade de diálogo, que as faculdades de medicina e a ordem dos médicos são os primeiros a se mostrarem contra várias soluções alternativas apresentadas.

O Vereador Manuel Fernandes traz à colação a recente revisão dos Estatutos de várias ordens profissionais para lembrar o corporativismo existente na defesa da classe, que não deve existir. Afirma que três faculdades de medicina não são suficientes e que o indeferimento pela Ordem dos Médicos a projetos apresentados sem um convite ao aperfeiçoamento não é desejável, sendo necessário trabalharem em conjunto na resolução dos vários problemas existentes.

A Vereadora Sónia Trancoso refere o seu cargo de conselheira na EURES para mostrar a sua tristeza sobre a realidade de muitos enfermeiros quererem emigrar porque não são valorizados em Portugal.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal afirma que, pessoalmente, considera mais premente para a qualidade do serviço perceber aptidão dos profissionais e não apenas a nota das diversas qualificações. Diz que confia na qualidade do serviço público, afastando o cenário de crescimento do setor privado colocado pelo Vereador Manuel Fernandes, e que, mais que o financiamento ou subfinanciamento, o busilis da questão está na gestão dos recursos, pelo que aguarda o exercício de funções do cargo recentemente criado de CEO do SNS no que respeita à eficiência na utilização dos recursos. Termina a sua intervenção o Vice-Presidente da Câmara Municipal assumindo que se verifica uma abertura maior na relação público-privado, mas questiona se o setor privado terá interesse em determinados negócios, defendendo uma vertente mais humana na gestão do negócio.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção respondendo às questões levantadas pelo Vereador José Custódio. Quanto ao tema da estrada Melgaço-Monção, lamenta muito as mortes de dois habitantes de Castro Laboreiros, gente muito ativa na comunidade. Refere que não é a primeira vez que acidentes como este ocorrem naquela zona, contudo nunca foi identificado qualquer problema estrutural pela IP. Relembra que o órgão executivo tem insistido muito na requalificação da estrada Valença-Melgaço, informando que ainda há pouco tempo esse tema foi, outra vez, debatido numa reunião com a Ministra da Coesão Territorial. Afirmou o Vice-Presidente da Câmara Municipal que estes processos demoram anos, lembrando que foi em Melgaço que o Presidente da Câmara Municipal despoletou o assunto com os anterior Presidente das Câmaras de Monção e de Valença, estando agora em execução obras de requalificação da estrada, ainda que diferentes das propostas apresentadas na altura que versavam apenas sobre o troço entre Valença-Monção. Atualmente, temos o compromisso sobre o troço Monção-Bela a que se seguirá o troço Bela-Melgaço. No entanto, agora foi debatida com a tutela uma nova ligação à Galiza, cujo sucesso poderá delegar para esse projeto a intervenção na área de Melgaço. Lembra que, aquando da construção da nova estrada, já se falava das curvas de

Penso, cuja justificação passou pelo perfil de EN e pela configuração do terreno, e informa que se desenrolam conversas com a Junta de Freguesia no sentido de pressionar a IP na avaliação do problema, tendo o assunto sido falado na última sessão da Assembleia Municipal e levado à IP e também à tutela nacional. No que respeita aos railes da antiga EN na zona do Peso, o Vice-Presidente da Câmara Municipal assume que os mesmos estão empenados há algum tempo e que a intenção é de realizar uma intervenção. Sobre a entrada da Zona Empresarial de Alvaredo, existe uma solução simples de construção de uma rotunda, cujo projeto não está tão adiantado como o projeto de uma outra rotunda a executar na zona de Prado. Afirmo ser um projeto muito importante e necessário para a Zona Empresarial de Alvaredo e que incluí uma paragem de autocarros e conseqüente construção de plataforma na área.

Em resposta às questões levantadas pela Vereadora Sónia Trancoso, o Vice-Presidente da Câmara Municipal esclarece que, após análise aos números e objetivos para o BUPI, foi submetida e aprovada outra candidatura para financiamento da continuidade do exercício de funções do pessoal afeto ao serviço. Assume que, desde o início, foram definidos objetivos e indicadores muito elevados e difíceis de executar, mas que o projeto tem corrido bem, com muita gente a aderir, quer a nível local quer a nível nacional. Lembra que, em desacordo com as orientações nacionais, assumimos as deslocações aos terrenos com os proprietários para georreferenciação dos terrenos, ainda que, por vezes, em condições difíceis, como são exemplo os terrenos com vasta vegetação. Esclarece que o serviço está a funcionar também em Parada do Monte, com um técnico afeto às freguesias circundantes e que, na Vila, os técnicos revezam-se no trabalho. Termina avaliando positivamente o serviço, ainda que haja muito caminho a percorrer, afirmando a sua expectativa no prolongamento do prazo do projeto BUPI e do financiamento associado.

Sobre o tema da imigração, o Vice-Presidente tem informação, quer do Centro de Saúde quer do Agrupamento de Escolas, que os números vão aumentando, principalmente da comunidade brasileira e venezuelana, que chegam em idade de trabalho e com filhos pequenos, mas também outras pessoas, oriundos de grandes cidades, em idade não ativa, mas consumidores, à procura de melhor qualidade de vida. Assume que são indicadores muito positivos para o futuro de Melgaço, ainda que se mostre preocupado com a integração dos imigrantes, apontando a necessidade de analisar países europeus que já passaram por este processo, a fim de afastar o que correu mal e melhorar as medidas que se afirmaram com sucesso. O Vice-Presidente da Câmara Municipal considera não bastar receber, sendo necessário acolher os imigrantes como elementos ativos da comunidade melgacense. Informa que os serviços sociais da Câmara Municipal acompanham a situação e conclui que os imigrantes querem trabalhar, abrem os seus próprios negócios, são gente ativa. Termina afirmando estarmos no bom caminho e atentos à evolução, pois muitas vezes são comunidades flutuantes, ainda que tenha a perceção que a maioria é para ficar.

A Vereadora Sónia Trancoso traz a colação a realidade de Vila Nova de Cerveira e Valença, onde a comunidade indiana e paquistanesa sonha com o salto para outros países da Europa.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal afirma ter conhecimento dos constrangimentos nesses concelhos, fruto da nova industrialização, pelo que é necessário gerir o fenómeno da imigração, até pelas experiências conhecidas nos centros urbanos de arrendamento subdimensionado para a máxima obtenção de lucro.

AS
↓

Por fim, no âmbito das deslocações inerentes à Festa do Espumante, o Vice-Presidente informa que foi feito um repto aos taxistas, mas que os mesmos não se mostraram interessados como se mostraram o ano passado quando, relembra, percebemos que as pessoas precisavam deste serviço. Afirma que não queria outro tipo de solução, como contratar fora do concelho, pelo que o executivo irá lançar novo repto.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

273. Neste ponto não estão para aprovação as atas das reuniões anteriores por não ter sido possível aos serviços concluí-las.

274. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

275. Presente para efeitos de aprovação a proposta de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidaturas Extemporâneas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 98745 de 06-09-2023 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, a aprovação do 1.º escalão de apoio ao aluno, correspondente a 100,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

276. Presente para efeitos de aprovação a proposta de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidaturas Extemporâneas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 99077 de 15-09-2023 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, a aprovação do 1.º escalão de apoio à aluna, correspondente a 80,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

277. Presente para efeitos de aprovação a proposta de auxílios económicos de Ação Social Escolar - Candidaturas Extemporâneas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 98752 de 06-09-2023 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, a aprovação do 2.º escalão de apoio ao aluno, correspondente a 50,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

10 

278. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio no domínio da saúde, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 8531 de 30-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de apoio no domínio da saúde, no valor de 100,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

279. Presente para efeitos de ratificação a aprovação das normas de participação no Concurso dos Medos 2023, que ficarão anexas a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal afirmou que o Concurso do Medos cresceu muito, quer em números quer em qualidade e que o executivo pretende continuar com a evolução. Esclareceu que, à semelhança de anos anteriores, contavam com a colaboração da Associação Empresarial Minho Fronteiriço, mas que esta apresentou limitações para o fazer, notando que, em bom rigor, já eram os serviços da Câmara Municipal que faziam acontecer este evento.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 9434 de 25-09-2023 e no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação da aprovação das normas de participação no Concurso dos Medos 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

280. Presente email da Federação dos Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 2.100,00€, em forma de agradecimento pela disponibilidade sempre prestada em todas as parcerias estabelecidas e pelo caráter humanitário desenvolvido. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este subsídio solicitado pela Associação dos Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo, aponta a carência da instituição na obtenção de receita e a sua colaboração com o Município de Melgaço em vários eventos. Levanta ainda a dúvida sobre a organização e responsabilidades supramunicipais, pois antes os Municípios pilotavam o sistema, mas conclui que a resposta existe com a Federação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 9537 de 28-09-2023 e ao abrigo da competência prevista na alínea o) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 2.100,00€, em forma de agradecimento pela disponibilidade sempre prestada em todas as parcerias estabelecidas e pelo caráter humanitário desenvolvido.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

11 *AS*
↓

281. Presente requerimento em nome de ACM - Associação de Ciclismo do Minho, a solicitar a emissão de Parecer/Autorização Prova Desportiva - Ciclocrosse de Melgaço - Taça de Portugal - Internacional C2 (15 de outubro de 2023), que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre a prova internacional de ciclocrosse, o Vice-Presidente informa que já foram entregues 150 inscrições, com origem em mais de 6 nacionalidades, correndo ainda o prazo para tal, e que é a maior prova da modalidade em Melgaço, sendo fator chave para o alcance destes números a concertação com a vizinha Espanha na análise das limitações e virtude do território, com sucesso para Melgaço.

O Vereador José Passos Rodrigo mostra-se preocupado com os condicionalismos de trânsito, especificamente no acesso ao Hotel Monte Prado.

o Vice-Presidente da Câmara Municipal garantiu que o acesso está garantido, sendo necessário, apenas, contornar um triângulo provisório.

O Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a Prova Desportiva – Ciclocrosse de Melgaço – Taça de Portugal – Internacional C2 – a realizar no dia 15 de outubro de 2023, nos termos de facto e de direito constantes na informação nº.9529 de 27-09-2023, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento nº.306/2018 de 23-05-2018.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

282. Presente a título de informação as participações financeiras aos Produtores Pecuários.

O Vice-Presidente esclarece que no Município existem 370 produtores, dos quais 117 de bovinos e 253 de caprinos, tendo sido submetidas 164 candidaturas às participações financeiras, 161 das quais aprovadas, não se verificando indeferimentos em 1.ª instância, apenas após a insistência, inglória, para a apresentação de documentação necessária. Assume que menos de metade dos produtores pecuários se candidataram, considerando, para tal, que esta primeira edição pode não ter chegado ao conhecimento de todos, em conjunto com a existência de produtores de apenas uma ou duas cabeças, para os quais o benefício não compensa os custos associados. Continua a sua análise dizendo que os grandes produtores submeteram candidatura e que apenas um ou dois não beneficiaram da participação, por razões que só a eles respeitam, pois não foi por falta de insistência dos serviços. Termina o assunto afirmando que estes apoios são muito importantes e que se pondera o seu alargamento, no ano que vem, aos produtores de suínos, pensando na produção do fumeiro tradicional.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

283. Presente para efeitos de aprovação a clarificação da deliberação da Câmara Municipal n. 990 de 13-04-2022, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal esclarece que, no ano passado, foram aprovadas duas paragens de autocarro em Prado e S. Paio e que, atualmente, é necessário clarificar que, afetas a essas paragens, está a existência de passadeiras e sinalização.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 99256 de 20-09-2023 e ao abrigo do artigo 3.º do Regulamento Municipal de Trânsito aprovado pelo Regulamento n. 9306/2018 de 23 de maio (DR 2ª Série), a aprovação da clarificação da deliberação, ou seja, que a sinalização de paragem em Prado e S. Paio incluía a colocação de passadeira e respetiva sinalização.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

284. Presente requerimento em nome de Ana Maria Esteves Rodrigues, a solicitar a emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n. 9155 da Freguesias de Fiães, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 99344 de 21-09-2023 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n. 964/2003, de 23 de agosto, a aprovação da emissão de certidão de constituição de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n. 9155 da Freguesia de Fiães.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

285. Presente para efeitos de aprovação, a colocação e sinalização de paragem para procura escolar, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 99641 de 29-09-2023 e no uso da competência prevista no artigo 3.º do Regulamento Municipal de Trânsito aprovado pelo Regulamento n. 9306/2018 de 23 de maio (DR 2ª Série), a aprovação da colocação e sinalização de paragem para procura escolar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

286. Presente para efeitos de aprovação, a colocação de um sinal vertical de proibido estacionar a veículos pesados na Rua do Centro Escolar, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre o assunto, o Vice-Presidente explicou que se trata de um arruamento de vivendas, sem saída, onde habitualmente estacionam camiões, com desacordo dos moradores, que apresentaram reclamações à Câmara Municipal, que, por sua vez, tentou gerir o assunto da melhor maneira, encontrando alternativas ao estacionamento dos camiões, que não foram tomadas em consideração, pelo que já foram passadas multas pela GNR. Termina

13 **B**
f.

esclarecendo que, segundo o Código da Estrada, não é necessária a sinalização, mas que, sendo uma questão não consensual, torna-se explícita a proibição com a colocação do sinal.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 99632 de 29-09-2023 e no uso da competência prevista no artigo 3.º do Regulamento Municipal de Trânsito aprovado pelo Regulamento n. 9306/2018 de 23 de maio (DR 2ª Série), a aprovação de um sinal vertical de proibido estacionar a veículos pesados na Rua do Centro Escolar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Gabinete de Projetos

287. Presente a título informativo a decisão de não adjudicação / extinção do procedimento referente a Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal afirma que, sobre este assunto, já foram trazidos os fundamentos da não adjudicação e que nos documentos ora apresentados se encontram mais pormenorizadas todas as questões sobre este tema. Informa, ainda, até sexta-feira será aberto, pela CIM-Alto Minho, novo concurso e que até ao final do mês terá condições para ir ao mercado.

288. Presente a título de informação o Memorando de entendimento com vista à constituição de "ZLT - Capital Natural".

O Vice-Presidente explica que a associação, sediada em Viana do Castelo, apresentou várias candidaturas e mantém conversações com o Município de Melgaço e com outros Municípios, com a ADERE e com a tutela do PNPG, de forma a criar uma zona, não limitada por regras, que permita experimentar novas tecnologias, com o objetivo de analisar o que o património natural vale, como por exemplo quanto vale o PNPG em termos ambientais, ainda que o projeto seja muito mais abrangente, tocando noutras áreas de atividade. Informa, também, que existe um interesse mútuo, pelo que as conversações vêm de algum tempo, não apresentando qualquer implicação financeira para o Município.

Divisão de Gestão Municipal

289. Presente para efeitos de aprovação, a proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1(um) posto de trabalho na carreira e categoria de assistente Operacional, motorista de transporte coletivo de passageiros, com habilitação para transporte coletivo de crianças e certificado de aptidão de motorista, do mapa de pessoal 2023 para exercer funções na Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura, que ficará anexo a esta ata.

Sobre o assunto, o Vice-Presidente esclarece que este é um lugar previsto no mapa de pessoal e que surge da necessidade de substituição de um motorista que se reformou e para acautelar a reforma de outro motorista, que está para breve. Afirma que, neste momento, já existe um motorista contratado a termo, pelo que faz sentido a contratação por tempo indeterminado de outro motorista, para acautelar a substituição.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º9310 de 21-09-2023 e no uso da competência que lhe confere o n.º1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro, que adapta o disposto na Lei n.º12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º64-A/2008, de 31 de dezembro à administração local, a aprovação da proposta de abertura de procedimento comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1(um) posto de trabalho na carreira e categoria de assistente Operacional, motorista de transporte coletivo de passageiros, com habilitação para transporte coletivo de crianças e certificado de aptidão de motorista, do mapa de pessoal 2023 para exercer funções na Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Vice-Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Vice - Presidente da Câmara Municipal



José Adriano Esteves Lima